

Trabalhador no contexto da acumulação flexível

Roney Gusmão Carmo - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo:

Embora consideremos a existência de transformações no sistema capitalista a partir da ideia de flexibilização nesse período de virada de séculos, é importante salientar que coexistem o “velho” e o “novo”, a perpetuação e a mudança. Nesse sentido, o presente texto se empenha em compreender a forma como os “novos” paradigmas da acumulação flexível impactaram a subjetividade dos trabalhadores e as representações suscitadas no terreno da cotidianidade do trabalho. No percurso de análise que propomos, a consciência do trabalhador se associa à sua prática social cotidiana e, como tal, se metamorfoseia em consonância com as remontagens do sistema que ocorrem numa dimensão macro-estrutural.

Palavras-chave: trabalhador, acumulação flexível, representações comuns.

Abstract: Although we consider the existence of changes in the capitalist system from the idea of flexibility in the turn of centuries, it is important to note that coexist the "old" and "new", the perpetuation and change. Accordingly, this text strives to understand how the "new" paradigms of flexible accumulation impacted the subjectivity of workers and the representations raised on the everydayness work. In the course of analysis we propose, the worker consciousness associated with its daily social practice and, as such, is transformed in line with the pumping system that occur in a macro-structural dimension.

Keywords: worker, flexible accumulation, common representations.

Introdução

Questionado sobre suas condições de “empregabilidade” no tempo atual, Antônio¹, empregado de uma grande loja de eletrodomésticos, retira um *iphone* do bolso e afirma: “Meus pais nunca tiveram acesso a um desse aqui, se hoje tenho é porque a sociedade evoluiu”. As palavras de Antônio expressam mais que opiniões pontuais ou isoladas, elas são reflexo de um árduo e histórico trabalho ideológico muito eficazmente disseminado nas últimas décadas pela estrutura de poder vigente.

Partindo dessa constatação, o presente texto se ocupa em analisar a forma como os “novos” paradigmas de acumulação flexível adentraram as representações comuns dos trabalhadores, remontando suas percepções acerca de sua própria condição e dos elementos constituintes de sua prática social cotidiana. Embora entendamos que o sistema capitalista se organiza sob uma mesma égide, partimos do pressuposto de que o capitalismo do século XIX não pode ser entendido com mesmas minúcias do capitalismo do século XX ou do século XXI, uma vez que as condições historicamente postas se metamorfosearam e, por conseguinte, as formas de perpetuação do sistema também foram reconfiguradas (DRUCK, 2011).

Se o capitalismo se metamorfoseou em função das mudanças de desafios que lhe foram postos, conseqüentemente, a consciência dos trabalhadores sobre sua própria condição certamente acompanhou as referidas mudanças. Essa percepção se ancora na concepção de consciência de classe debatida por Thompson (1997), que a concebe como representação suscitada da cotidianidade e da experiência. Por esse raciocínio, é cabível entender que se as relações sociais impostas pelo sistema capitalista foram substancialmente mudadas para atender distintos contextos no transcurso da história, logo, o campo da cotidianidade do trabalho onde se desenvolve a experiência e por onde se monta a consciência, também foi alterado.

Podemos, então, parafrasear Druck, entendendo que o trabalhador do século XIX não é o mesmo trabalhador do tempo atual, não porque a realidade de exploração

¹ Nome fictício atribuído a um comerciário de uma grande rede de lojas no município de Vitória da Conquista – BA. As entrevistas compõem a tese de doutorado que desenvolvemos intitulada “Capitalismo flexível: entre o ‘velho’ e o ‘novo’, entre o ‘local’ e o ‘global’” pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

tenha sido superada ou que não mais existam razões para resistência, mas porque as condições de inserção e manutenção no trabalho, bem como as formas de exploração, foram profundamente alteradas.

Para justificar esse percurso de análise, encontramos em Kosik (2010) a constatação de que o mundo de representações é construído a partir da concreticidade onde se ancora a prática social, que ele entende por “pseudoconcreticidade”. O autor considera que essas representações são os sentidos mais ordinários que compõem a vida cotidiana de homens e mulheres que em sua prática social evocam valores equalizados às suas trajetórias de vida. Evidentemente, por se tratar de um conhecimento corriqueiro e comum, Kosik pondera que tal pseudoconcreticidade se mostra fetichizada, ou seja, posta na superficialidade de uma análise pouco transcendente à obviedade dos fatos como se apresentam.

Desta feita, a inevitabilidade da condição social do homem faz criar “representações das coisas e elaborar todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade” (KOSIK, 2010, p. 14). Os sujeitos estão ancorados numa teia de relações sociais que, por sua vez, se acoplam dialeticamente a uma totalidade histórica e, no convívio social, os indivíduos introjetam significados advindos da obviedade do senso comum, que penetram a consciência. Essa “pseudoconcreticidade” nada mais é do que os significados mais vulgares do senso comum, internalizados em indivíduos que, em posição ativa, absorvem, elaboram e, até, reproduzem nebulosas representações que lhe foram compartilhadas.

A representação comum se manifesta, então, falseada, fetichizada, confinada à obviedade do cotidiano, incapacitada de exceder a concretude do senso comum e reduzida ao tátil e ao alcance dos olhos. Havendo reconhecido essa incapacidade das representações em transcender a aparência, cabe ao pesquisador ter a perspicácia de associa-la à totalidade, sem perder de vista a simplicidade-complexa (ou a “clareza-obscura”) do senso comum. É por esse motivo que, na busca por compreender a totalidade quer cerca o pensamento fetichizado, se faz necessário destruir esquemas abstratos e a “aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia” (KOSIK, 2010, p. 20).

Por esse caminho de discussão, fica possível entender a razão pela qual os “novos” paradigmas de desenvolvimento implementados pelo capitalismo flexível vem atingindo a subjetividade de homens e mulheres trabalhadores, disseminando “novos” valores muito mais equalizados a uma sujeição consentida, ou seja, por meio de uma exploração que agora opera num viés consensual, por meio de um engajamento de massas fígadas em sua subjetivação. O presente texto, portanto, se dedica a compreender a face subjetiva da acumulação flexível que se converte num terreno fértil para germinação da ideologia neoliberal e da manipulação dissimulada por valores esvaziados de humanização.

Trabalhadores do século XXI: quem somos?

O avanço agressivo do capital no final do século XX, com vistas à conquista de novos espaços convenientes à produção, se opôs ao rígido e centralizador modelo fordista, cuja produção se voltava ao estoque de mercadorias estandardizadas. É útil salientar que a instabilidade do sistema, composto por períodos cíclicos de ascensão e retração, pode afetar drasticamente as empresas que, de modo cauteloso, acabam preferindo produzir em total equalização à demanda, de modo a não arriscar capital na incerteza do estoque.

A ideia da produção *just-in-time*, tão flexível quanto a imprevisibilidade do mercado consumidor, alterou também o perfil de trabalhador que, nesses últimos anos, não mais deveria ser altamente especializado como outrora, mas dinâmico e ciente de toda cadeia produtiva. No período fordista, a produção em série e em larga escala, baseada em unidades produtivas verticalizadas, com grandes contingentes de trabalhadores especializados, tornou-se um elemento limitante dos projetos expansionistas do capital. Tal fato se deve, sobretudo, à alta especialização técnica dos funcionários e pelo encarecimento da mão-de-obra, pois, embora os mecanismos de exploração fossem claros no modelo fordista, o que se observava era uma razoável aproximação física entre os funcionários que, no convívio, se percebiam solidamente como classe trabalhadora (CASTEL, 1998).

No Brasil, o sistema fordista aportou de forma distinta, especialmente por que, diferente do que ocorreu nos países desenvolvidos – onde o Estado mediou relações

trabalhistas atuando com vistas à garantia da qualidade de vida dos cidadãos – aqui “o movimento sindical jamais chegou a se constituir num interlocutor legítimo para negociar as condições de uso e remuneração do trabalho, nem o trabalhador alcançou a sua centralidade como consumidor, sobre a qual se assentaria a produção em massa” (CASTRO, 1995, p. 29). A produção fordista, da forma como se estabeleceu no Brasil, assumiu a versão mais predatória e caótica do capitalismo, ilustrando a busca visceral por mão-de-obra barata e cooptação de novos nichos do mercado consumidor. Uma característica expansionista típica do arranjo econômico verificado no curso do século XX.

Os países de industrialização tardia se tornaram, então, espaços altamente atrativos para maximização de lucros, especialmente num contexto de flexibilização, quando reduções nos custos da produção se tornaram condição para sobrevivência empresarial num cenário de concorrência acirrada, fato ainda mais favorecido pela sofisticação tecnológica que permitiu um expansionismo ilimitado. (CHESNAIS, 1996, p. 105). Essa dinâmica promovida por um capitalismo internacionalizado impactou radicalmente a estrutura econômica interna dos novos países industrializados, redesenhando as relações de trabalho, o perfil do consumo e a participação estatal. Por conseguinte, o regime de acumulação flexível não foi apenas uma organização do sistema produtivo, mas tornou-se impactante para os vínculos de trabalho e para a concepção do trabalhador acerca de sua própria condição. Tem-se, então, construído um novo perfil de profissional, agora sincronizado às exigências da produção e da vida social, educado para se submeter “aos processos flexíveis caracterizados pela intensificação e pela precarização, a configurar o consumo cada vez mais predatório e desumano da força de trabalho” (KUENZER, 2007, p. 1159).

Não se pode, evidentemente, negligenciar as lutas de classe travadas no Brasil, especialmente durante a década de 80 que repercutiram fortemente na própria consciência de classe dos trabalhadores. Durante o governo de José Sarney (1985-1989), por exemplo, foram contabilizadas cerca de 6500 greves dentro das mais variadas categorias profissionais (COSTA, 2003). Esse cenário de mobilizações foi imprescindível para a formulação da Constituição de 1988 com a legalização de muitas reivindicações de classe, contudo as manifestações dos trabalhadores mais serviram

para amenizar os prejuízos decorrentes do nível de renda, do que para repensar os níveis de acumulação capitalista. Além disso, as grandes disparidades econômicas setoriais e regionais, agravadas pelos sucessivos planos de estabilização econômica, debilitaram a ação cooperativa entre os sindicatos, fato que enfraqueceu as disputas (COSTA, 2003).

Embora o saldo deixado pelas mobilizações sindicais tivesse sido significativo para a realidade nacional, foi somente na década de 1990 que os trabalhadores observaram um processo acentuado de dismantelamento dos direitos conquistados e dissipação do sindicalismo. Isso por que o regime de acumulação flexível, já vigorante nas nações desenvolvidas, até então demonstrava apenas indícios no Brasil, porém o final do século XX é coroado pela invasão da ideologia da flexibilidade no, até então, chamado terceiro mundo.

Destarte, foi no governo Collor (1989-1992) e Cardoso (1994-2002) que se acentuou a abertura econômica, trazendo consigo o discurso da competitividade acirrada pela remodelagem no espaço produtivo nacional. Posto numa arena violenta de competitividade, o Brasil passou a observar internamente a expansão dos processos de reestruturação produtiva, ilustrado pelo fechamento de fábricas, incremento tecnológico, terceirização, subcontratação, enxugamento de quadros, dentre outras medidas voltadas à drástica racionalização de custos.

Logicamente, todas essas medidas ocorreram com simultânea complacência do Estado que afrouxou a CLT, com vistas a tornar a produtividade menos onerosa e as condições do mercado nacional atrativas a investimentos estrangeiros. Paralelamente, os programas de treinamento se multiplicaram, envoltos por uma ideologia empreendedora e uma linguagem empresarial capazes de seduzir trabalhadores numa noção ilusória de participação e cooperativismo, impactando, na outra ponta a mobilização sindical.

A política neoliberal, incrementada pelo regime de acumulação flexível, solapou a influência sindical que, ao contrário do que se verificava na década de 80, não mais ganhou as ruas na luta por novas pautas de reivindicações, mas se manteve dentro das empresas, restringido a renegociação e manutenção dos direitos até então conquistados.

Observou-se, então, que, ao recrutar as esferas política e social, a economia flexível disseminou uma ideologia calcada na total subsunção do trabalho à lógica acumulativa. Paralelamente, desenvolveu-se uma ética individualista e de acirrada competição dentro e fora da empresa, asfixiando a noção de categoria, por uma postura isolacionista que transferiu para dentro da empresa qualquer negociação coletiva, onde prevalece um particularismo unilateral. Fica claro, então, que o “direito social se particulariza, se individualiza, pelo menos à medida que uma regra geral pode individualizar-se. Assim, o direito do trabalho, por exemplo, se fragmenta, recontratualizando-se ele próprio” (CASTEL, 1998, p. 607).

Todas essas transformações verificadas no contexto de flexibilidade impactaram diretamente a subjetividade do trabalhador, redefinindo, inclusive seu senso de identidade com o trabalho e com a categoria. A larga estratégia de individualização dos sujeitos teve efeitos muito pertinentes para a lógica flexível, calcada na redução de custos a partir do estrangulamento da mobilização sindical e fragilização dos vínculos de trabalho. Oportunamente, individualizar o trabalhador é caminho adequado para dismantelar qualquer possibilidade de articulação com vistas à consolidação de conquistas salariais.

Castel (1998) compreende que a identidade social dos trabalhadores insurge da posição ocupada na condição de assalariado, nesse sentido, é mediante o senso de filiação que se estabelece a mobilização em prol de conquistas coletivas. Pois bem, se é pela noção de identidade que se estruturam as mobilizações de classe, justifica-se, então, o porquê de o projeto burguês de sociedade atacar justamente a subjetividade do trabalhador. Nesse sentido, ocorrem fenômenos identitários controversos: se por um lado os sujeitos têm alargada sua autonomia em relação às diversas filiações coletivas em múltiplos grupos sociais, por outro ocorre uma desfiliação provocada pela crise do projeto da sociedade salarial que implica na exclusão social (BARBOSA, 2011).

A ambivalência desse fenômeno também acentuou a heterogeneidade da classe trabalhadora, que assumiu contornos muito diversos se comparada com o que se verificou no período fordista, pois o regime flexível foi marcado pela dispersão espacial dos trabalhadores, alta rotatividade e a fragmentação hierárquica que também

contribuíram para um desengajamento coletivo. A estratégia de individualização do trabalhador, portanto, é parte do projeto de flexibilização do perfil de empregados nos novos parâmetros de acumulação, ou seja, um trabalhador totalmente subsumido à ideia de exploração, sincronizado às demandas expansionistas do capital, mesmo ciente dos riscos de que tais caminhos impliquem na sua própria exclusão.

Essa imprevisibilidade do mercado também afetou as relações de trabalho, pois impõe aos trabalhadores um perfil ideal de sujeito, agora desprendido de qualquer forma de conforto e estabilidade, posto, sobretudo, numa teia de vínculos oscilantes, forçado a lidar com riscos permanentes e exposto a condições de competitividade e empregabilidade instáveis. Ao transitar num terreno incerto, desprotegido de qualquer cobertura estatal, o trabalhador vive sob o estresse e se percebe órfão de filiação, desarticulado de classe e, especialmente, gravitando numa permanente rivalidade no que Castel (1998) definiu como “individualismo coletivo”. De todo modo, “o isolamento e a perda [...] de uma perspectiva de identidade coletiva, resultantes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão, são condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe” (DRUCK, 2011, p. 50).

A arquitetura do “novo” capitalismo flexível detém um poder decisivo ao penetrar as relações sociais e domesticar as representações. É por esse motivo que entender a experiência dos trabalhadores, expressa na cotidianidade desses sujeitos, se torna essencial para remontar os efeitos da ideologia da flexibilidade nas representações comuns, na consciência e na memória que, a partir dessa concretude, tem sido expressa nos discursos. Ao montarmos o marco teórico do presente texto, entendemos que os conceitos debatidos se complementam, seja a ideia thompsoniana sobre a consciência como suscitada da experiência e da cotidianidade, seja nas representações como parte advinda de uma memória social compartilhada na ordinariedade das relações, e seja na percepção de que o regime flexível interpenetra todos esses elementos subjetivos, inscritos em relações concretas de existência e inserção social.

Simultaneamente a esse fomento à competitividade ferrenha, o trabalhador se viu desprotegido das políticas públicas e notou que os mecanismos de luta de classe e mobilização coletiva pareciam ter se tornado obsoletos para conquista de direitos no

trabalho. Na ocasião, subjugar-se à exploração, subsumindo suas potencialidades à lógica da empregabilidade parecia ser atitude mais sensata que reivindicar por algo que o Estado não garantia. Dessa forma, a lógica da individualização da ação inerente à estrutura da empresa neoliberal em rede e financeirizada predomina sobre a lógica da ação coletiva inerente ao sindicalismo. “A condição fragmentária [...] produz efeito assíncrono: a multiplicidade de temporalidades, deriva do labor cotidiano, ‘bloqueia’ severamente a ação propriamente coletiva” (BRAGA, 2009, p. 86).

Esse pensamento é fruto de um longo e persuasivo trabalho ideológico movido pelo projeto burguês de sociedade nas relações flexíveis de trabalho. Homens e mulheres lutam pela manutenção no emprego, e mais ambicionam “empregabilizarem-se” do que acionarem a coletividade para lutar pela categoria. Afinal, a fragilidade dos vínculos trabalhistas, bem como a existência de um grande e qualificado exército de reserva, devem ser considerados motivos razoáveis para assujeitamento do trabalhador às normas oscilantes de empregabilidade.

O componente ideológico da empreitada capitalista para capturar a subjetividade do trabalhador também precisa ser explorado para compreensão do discurso empreendedor burguês tão disseminado na atualidade. A lógica da flexibilidade massifica um ideário calcado na motivação e desenvolvimento de qualidades pessoais com vistas à individualização dos trabalhadores no espaço de trabalho. Os programas de treinamento frequentemente parecem trocar o termo funcionário por colaborador ou empregado por parceiro, quando os mecanismos de exploração se mantêm nítidos e as estratégias de aviltamento do trabalho se sofisticam.

Na estratégia massificadora do ideário capitalista nesse início de século, é imperativo fisgar a subjetividade dos trabalhadores, para subsunção dos sujeitos à lógica da acumulação predatória do capital, sob a nomenclatura de “colaboração interna” ou integração à família “Toyota”. Segundo Thompson (1997, p. 279), “uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma”, destarte, é altamente pertinente que o discurso envolva os trabalhadores, denominando-os de “parceiros” ou “colaboradores” porque gera uma falsa sensação participativa, ativa na projeção de um regime supostamente inclusivo. Thompson salienta que “classe” não é “algo”, não é

uma “substância”, mas apenas existe através de uma identidade histórica, de um senso de filiação adquirido na própria ação cotidiana do trabalho. Na atual realidade, o engajamento proposto ideologicamente pelo capitalismo flexível danifica qualquer senso identitário dos sujeitos com o que se entende por “classe” pois recruta os pensamentos e representações mais cotidianas dos trabalhadores em seu espaço de vivência profissional e pessoal.

É importante salientar que, além de desmobilizar a coletividade e o engajamento da categoria trabalhadora, a produção flexível penetra as referências dos trabalhadores propondo-lhes uma nova filiação, sob formas diferenciadas de exploração. Dessa vez, não se pode falar em violação do consentimento de trabalhadores, mas trata-se de uma servidão consentida, agora, subsumida por um trabalho persuasivo ideológico e não sob a violência física. O “engajamento subjetivo” gerado pela flexibilização deixa uma sensação de pertencimento a uma “grande família” produtiva que, muito embora dissimule a agudeza exploratória do capital que subjuga os sujeitos a condições convenientes de lucro, deixa um saldo positivo na ótica do trabalhador, pois lhe concede a sensação de competência fragilmente sinalizada pelas condições de empregabilidade.

Nesse cenário, qualquer forma de precarização passa a ser vista com naturalidade, como consequência fatalista das relações de trabalho (DRUCK, 2011). Na ocasião, o trabalhador se vê responsável por si mesmo, sensação advinda do discurso embutido na lógica da empregabilidade, que responsabiliza exclusivamente os cidadãos por sua própria condição “inempregável”. O Estado sai da cena para expor os trabalhadores às turbulências de mercado turbulento, efêmero, cujas noções de “longo prazo”, verificadas no período fordista, são substituídas por vínculos que se dissipam ao menor sinal de inconveniência à primazia do capital.

Enquanto a desfiliação do trabalhador ocorre mediante a perda de referência coletiva, bem como pela desproteção de direitos trabalhistas, outro fenômeno simultaneamente vai arrebatando o senso de identidade desses sujeitos no que Castel (1998) entende por “aburguesamento” da classe trabalhadora. A fragilidade de vínculos com grupos organizados da categoria provoca o recrudescimento da ideologia do consumo e atração para novas metas: a tênue mobilidade social. Os trabalhadores

abandonam a ação revolucionária da classe operária tradicional, agora, “seduzidos pelas sereias da sociedade de consumo e enquadrada por aparelhos sindicais e políticos reformistas...” (CASTEL, 1998, p. 459).

É nesse momento que compreender a retórica ideológica do sistema capitalista se torna indispensável para entender as estratégias da flexibilização que romperam com o paradigma clássico sobre o que é classe trabalhadora, através da incorporação de novas subjetividades. No atual estágio da modernidade, o dinheiro se tornou fundamental força mobilizadora dos sujeitos, configurando-se como meio de avaliação da dignidade humana. Essa construção de valores se acentuou com a “libertinagem” consumista intensificada pelas tecnologias e disseminada pelos veículos de comunicação, fato que deslocou a subjetividade dos indivíduos para a meta prioritária do consumo, reforçando o olhar individualista sobre a prática social (BARBOSA, 2011).

Antes de serem produtores, os homens modernos se tornaram consumidores de mercadorias, que, nessa ótica, lhes permite existir socialmente. Numa sociedade de consumidores, a identidade passa a ser balizada pelos caminhos fugazes do mercado, cuja busca visceral se torna a frivolidade das sensações proporcionadas pelo consumo. Essa dinâmica, então, invadiu a subjetividade de trabalhadores que, mais do que indivíduos subjugados à exploração, são agora consumidores avaliados pelo poder de compra e pela capacidade de “consumir” a vida social.

A tese do “aburguesamento” da classe operária apoia-se na elevação geral do nível de vida que atenua os antagonismos sociais. O “desejo de integrar-se numa sociedade onde prima a busca do conforto e bem-estar” leva a classe operária a dissolver-se progressivamente no mosaico das classes médias (CASTEL, 1998, p. 460).

Num cenário de total individualização e perda de referências sociais, os sujeitos agarram qualquer forma ideológica que lhes dê segurança, seja posicionamentos religiosos, políticos etc. Nessa desfiliação generalizada, a ideia de consumo e materialismo encontra terreno fértil para massificação dos sujeitos, agora drenados por um ideário radicalmente ancorados na lógica da acumulação flexível e numa subserviência consentida.

A partir dessas afirmações, pode-se constatar que está em voga o desmantelamento de princípios reguladores de coesão do sistema de vida social, bem como do senso de segurança advindo desses laços. Nesse cenário de incertezas, os cidadãos são jogados a um individualismo vinculado a uma luta por si mesmo, por interesses particulares, quase sempre, concorrentes aos interesses de outros sujeitos, fato que torna a coletividade um valor ultrapassado, impróprio para as possibilidades de ascensão individual ofertada pelo regime expansionista do capital.

Essa situação muito difere do que se verificou no período taylorista/fordista, quando, apesar dos mecanismos de exploração se manter ativos, havia tendência à homogeneização da classe trabalhadora, dado o senso de identidade propiciado pelo convívio comum de grandes contingentes de operários no chão da fábrica. A identidade comum conduzia a uma consciência de classe, fato que articulou o grupo na resistência contra a opressão dos empregadores e que, nos países desenvolvidos, resultou no *Welfare State*². As conquistas trabalhistas, essas também verificadas no Brasil, fortaleciam o senso de pertencimento ao coletivo da classe, solidificando as identidades com a posição ocupada pelos trabalhadores. Essas características são muito distintas daquelas verificadas na era da flexibilização, quando a empresa enxuta, marcada pelos fenômenos da dispersão espacial e da terceirização, combateram qualquer forma de coletividade e articulação, impondo a individualização do trabalhador como condição precípua para a heterogeneização da classe.

Visto dessa maneira, a flexibilização não corresponde simplesmente a um modelo organizativo proposto pela Toyota e implementado em fábricas também do mundo ocidental. Mais do que isso, para garantir a perpetuação do sistema capitalista no contexto histórico de início de século XXI, a flexibilização excedeu o espaço fabril, atingindo, sobretudo, as relações e a geografia do trabalho, além da subjetividade do trabalhador. Falar de flexibilização é falar de um momento histórico, é falar também de uma mudança radical na subjetividade de homens e mulheres, hoje sedimentados num individualismo e um materialismo crônico, tão desvinculado da ideia coletiva de outrora. “Assim, não é o taylorismo/fordismo que cria a divisão técnica do trabalho [...];

² Estado de Bem-Estar Social.

estas propostas apenas respondem, no plano teórico/prático, às necessidades da produção em diferentes momentos históricos” (KUENZER, 2007, p. 1161).

Evidentemente, a resistência prossegue existindo, porém de uma forma dispersa, fragmentada ou adaptada (DRUCK, 2011). Parece haver uma sensação de obsolescência dos sindicatos numa era de “modernidade empresarial”, cujo “progresso natural” invoca novas formas de superação da desigualdade. Essa forma de pensamento promove um incômodo silêncio da classe trabalhadora, agora mais acalmada pela natureza simbólica do trabalho ideológico neoliberal. Na “era da acumulação flexível”, os direitos no trabalho se tornaram custos que emperram o crescimento, que tentam convencer também trabalhadores e líderes sindicais sobre a necessidade de abrir mão de muitas vantagens para garantia do emprego, para que tomem como sua a lógica do mercado. A lógica cruel é: melhor trabalhar sob as cruéis condições postas do que perdê-las por completo.

No “espírito” desse “novo” capitalismo, a subjetividade é premissa para perpetuação da exploração, cujo propósito se entende pela introjeção do ideário burguês por uma classe progressivamente coagida no viés do consenso e vulnerável ao poder coercitivo de valores que remontam representações e identidades.

Talvez, nessa perspectiva, torne-se mais claro compreender as especulações em torno do “fim da história”, ou seja, de uma vitória final do capitalismo diante das possibilidades históricas – que agora estariam esgotadas – de sua superação, a exemplo das transformações capitalistas nos países que tinham realizado experiências socialistas (DRUCK, 2011, p. 51).

Considerações Finais

Retomando o que foi discutido anteriormente, o trato dado pelo capitalismo ao trabalho, na atual dinâmica, se tornou difuso e incerto, fato que também repercutiu no rompimento de filiação dos trabalhadores à categoria. A ideologia do consumo, calcada na exploração da mão-de-obra e aceitação dos padrões acumulativos, foi meticulosamente disseminada, formando um grupo de sujeitos carregados por antagonismos e destituídos da visão coletivista.

Nessa configuração, as estratégias do capitalismo são maximizadas pela sofisticação tecnológica que dispõe estratégias infalíveis para tentar neutralizar qualquer mobilização que se oponha à exploração, tanto por que busca reduzir o poder de barganha do trabalhador ao prescindir muitos postos de trabalho, como também por que globaliza a produção com efemeridade das instalações de unidades produtivas, que, ao menor sinal de hostilidade à conveniência lucrativa, migra facilmente (HARVEY, 2011).

Segundo o autor, um dos fatos que na atualidade torna o sistema capitalista altamente propenso a sucessivas crises reside na ideia de o capital ser muito poderoso e o trabalho ser muito fraco. Desproporção essa que desestabiliza os mercados facilmente, instaurando um sistema especulativo, concentrador e altamente vulnerável à inconstância do capital volátil.

Obviamente, essa instabilidade do capital debilitou ainda mais a classe trabalhadora – com destaque à classe média em ascensão nesses últimos anos –, que, seduzida pelo frágil poder de compra, se expôs à ferocidade do capital e à inadimplência. Nessas condições, o trabalhador se tornou subserviente ao consumo, transferindo grande parcela do seu salário à sustentação da lógica capitalista, alicerçada sobre a ideia de consumir sempre, mesmo quando as condições sugerem cautela.

Para garantir a circulação de capital, grandes esforços são aplicados na coerção do trabalhador sobre a necessidade incondicional de consumir, manipulando vontades, desejos e necessidades das populações humanas a níveis inconsequentes, de modo a perpetuar o sistema de acumulação. Nessa empreitada, não bastam apenas recursos de publicidade, é imprescindível desenvolver a noção de que determinadas mercadorias supérfluas sejam significadas como necessidades absolutas para homens e mulheres de todas as classes sociais. É nesse contexto que as tecnologias surgem, não apenas para sanar os problemas criados pelo próprio sistema, mas para reinventar necessidades de uma parafernália infindável de objetos, cujo objetivo é a continuidade da expansão infindável do capital. Trata-se de uma criação perpétua de necessidade, com a formação de uma sociedade adaptada para o efêmero, o fugidio, o descartável, o mutável, dissociado da melhoria da qualidade de vida, mas, sobretudo, articulado à lógica do

consumo ininterrupto. A articulação trabalho/consumo criou uma cadeia viciante de sujeição a longas jornadas de trabalho, mesmo sob condições de baixos salários, tendo em vista o pagamento de mercadorias adquiridas mediante eficazes estratégias de coerção do capital.

O hábito de poupar se tornou antiquado, especialmente por que é sabido que quanto mais pessoas ou instituições acumularem dinheiro, e não gastarem, maior será a possibilidade de um colapso capaz de decrescer as economias, encolhendo a circulação do capital. Ciente desse risco, não apenas ocorre um estímulo ao consumismo, como também promove-se uma fácil concessão de crédito para intensificar o processo de circulação de mercadorias.

Ao tornar-se cliente, o trabalhador é arrebatado por uma sensação ilusória de projeção econômica e social que exerce um poder de fascínio e sujeição à ideia de adequação aos padrões de consumo. É nesse sentido que, tragados pela ideologia do consumo, os seres humanos se submetem a uma servidão voluntária, que robustece a compreensão de que a aquisição de mercadorias seria condição para satisfação individual e pressuposto para a vida social.

O século XXI iniciou repleto de ambivalências que tornam a realidade menos legível e bem mais imprevisível. Nesses termos, falar de trabalhador não é se referir a um grupo homogêneo, que se perceba como tal ou que esteja engajado na luta política pela superação das condições que outrora despertaram a mobilização de classe. Hoje, falar de classe trabalhadora é referir-se a um grupo altamente heterogêneo, ora representado por grupos de resistência, ora articulado à ideia de uma subserviência ideológica aos padrões de consumo (ANTUNES, 2009, p. 237-238).

Um caminho para se perceber teoricamente todo paradoxo que cerca as relações de trabalho na contemporaneidade, são as formas fetichizadas assumidas pelas mercadorias e também pelas relações sociais no cerne do sistema capitalista, quando as atividades cotidianas exercem um poder coercitivo sobre o sujeito, favorecendo a coisificação do homem na sua prática social. Tal fato atinge a consciência sobre si mesmos dos indivíduos, o que inevitavelmente afeta também a consciência de classe de homens sociais, inscritos numa história em curso e postos numa totalidade dialética.

Partindo dessa constatação, pensar em classe trabalhadora remete a uma análise mais complexa que excede qualquer percepção simplificada como aquelas voltadas a entender o trabalhador do início do século XX. No atual contexto, é um sério equívoco reducionista pensar numa classe trabalhadora absolutamente articulada contra a opressão ou, em outro extremo, completamente mortificada pela cegueira ideológica. Embora saibamos que os séculos XX e XXI tenham se manifestado como períodos de avassalador expansionismo de mercadorias e da fetichização social, partimos do pressuposto de que a contradição dialética considera a assimetria de sentidos assumidos pelas relações de classe, que jamais subestimam os efeitos da contradição numa história em curso.

Referências

ANTUNES, R. **Século XX: nova era da precarização estrutural do trabalho?** In: ANTUNES, R. & BRAGA, R. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, A. M. S. **O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho.** *Revista de Sociologia e Política*. Vol. 19, Num. 38. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a08.pdf> . Acesso em 10 de maio de 2013.

BRAGA, R. **A vingança de braverman: o infotaylorismo como contratempo.** In: ANTUNES, R. & BRAGA, R. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Trad. Iraci Poletti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, N. A. **Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro: reestruturação industrial ou japanização de ocasião?** In: _____ (org.). *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, M. S. **Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil.** *RAE Eletrônica*, vol. 2, Num. 2. São Paulo: FGV, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v2n2/v2n2a10> . Acesso em: 13 de maio de 2013.

DRUCK, G. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 01, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24_nspe1/a04v24nspe1.pdf Acesso em: 27 de setembro de 2013.

HARVEY, D. **O enigma do capital**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KUENZER, A. Z. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente**. Educação e Sociedade, Vol. 28, Num. 100. Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2428-100.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2013.

SENNET, R. **A cultura do novo capitalismo**. Trad. Clovis Marques. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa (Vol. 1): a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.